

23 de agosto de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

O TEMPO

HÁ 9.500 EMPRESAS DE MINERAÇÃO NO PAÍS A SEREM FISCALIZADAS

Wilson Brumer disse que potencial do país vai muito além do minério de ferro; desafio da nova agência reguladora é desenvolver o setor

O vice-governador de Minas Gerais, Paulo Brant, e o presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, destacaram, nesta terça-feira (20), o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM) como essencial para o desenvolvimento da atividade no Estado e no país. Ambos estiveram pela manhã na sede da Associação Comercial Empresarial de Minas (ACMinas) em palestra que abordou o tema do futuro da mineração.

“É crucial o reforço da Agência Nacional de Mineração. Essa é uma atividade que demanda regulação muito forte do Estado, e a agência – a despeito do esforço das pessoas que estão lá, pois tem gente muito qualificada – ainda é muito frágil diante do tamanho do desafio que tem”, afirmou o vice-governador, que pontuou a necessidade de blindar o órgão contra a interferência política.

Para Wilson Brumer, a ANM deve estar preparada para atuar no fomento à pesquisa minerária para que o Estado seja capaz de explorar as outras potencialidades na indústria extrativa mineral, que vão além do minério de ferro. Segundo Brumer, há, atualmente, no país, cerca de 9.500 empresas de mineração, das quais apenas 2% são de grandes mineradoras – com uma produção acima de 1 milhão de toneladas ao ano.

“Poucas pessoas sabem disso. Fica uma imagem que a mineração ou é de ferro, ou são as grandes mineradoras. Temos um longo caminho para trazer as micro-empresas para serem pequenas, as pequenas, quem sabe, virarem médias, quem sabe as médias virarem grandes. E acho também nesse aspecto a agência tem um papel importante de desempenho, não só em termos de fiscalização, mas de trazer também novos modelos e novas formas de crescer a mineração no Brasil”, disse o executivo.

Criada por meio de Medida Provisória em julho de 2017, a ANM veio em substituição ao extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sendo responsável tanto pela fiscalização de barragens quanto pelo fomento do setor. De acordo com a legislação atual, um percentual de 7% do arrecadado anual da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) deve ser destinado ao órgão. Em 2018, essa parcela representou R\$ 212 milhões.

Terceiro na produção mundial de minério de ferro, o Brasil está numa posição modesta na produção de outros minerais, apesar das potencialidades. Na produção de lítio, por exemplo, que é utilizado para a fabricação de baterias de celulares e carros elétricos, o país figura na décima posição no ranking, apesar das reservas do elemento existentes em Minas.

"O que a gente tem defendido é o retorno da geologia no Brasil. O Brasil é um país visto como de grande potencial mineral, mas a nossa produção mineral comparada com outros países é muito pequena", declarou Brumer, que também citou a segurança operacional como um dos focos que devem ser perseguidos pelo setor, principalmente por causa da tragédia em Brumadinho, em janeiro deste ano.

Fluxo no comércio diminuiu após tragédias com barragens

A Fecomércio-MG fez um levantamento para apurar os impactos no varejo das cidades que possuem atividade de mineração e que foram afetadas, direta ou indiretamente, pelas duas recentes tragédias de rupturas de barragens: Bento Rodrigues, em Mariana, em 2018, e Brumadinho, em janeiro deste ano.

Para 92,3% dos entrevistados, em um universo de 480 empresários, o comércio local depende das atividades relacionadas à mineração, sendo que 40,79% são totalmente dependentes dos ganhos proporcionados pelo setor. Segundo 80,6% do total, seus estabelecimentos registraram queda no fluxo de consumidores após as tragédias.

A pesquisa foi feita em Brumadinho, Congonhas, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto e Sarzedo, todas na região Central do Estado.

Fonte: O Tempo

Autora: Fábio Côrrea

Data: 21/08/2019



OS DESAFIOS DA MINERAÇÃO: FÓRUM DISCUTIU SOLUÇÕES PARA ATRAIR MAIS INVESTIMENTOS

Setor responde, atualmente, por quase 2% do PIB baiano; No país o percentual chega a 4%

A indústria de mineração da Bahia - uma das "joias" do setor no país - tem para os próximos anos uma longa lista de oportunidades e desafios. Se por um lado o estado tem sido contemplado com a descoberta de minerais raros e a atração de grandes investimentos, beneficiando sobretudo as regiões mais pobres, por outro, é preciso modernizar a infraestrutura, investir em pesquisa, melhorar o diálogo das empresas com as comunidades e reduzir a burocracia. Só assim, entendem os especialistas, será possível ampliar a participação do setor no PIB estadual, que hoje não chega a 2%. No país como um todo esse percentual é de 4%.

"O ponto crítico é o investimento em pesquisa", diz Eduardo Ledsham, presidente da Bamin. Ele conta que o Brasil hoje responde por apenas 0,7% do investimento global em pesquisa mineral. "A Bahia, a despeito do grande trabalho realizado pela CBPM (Companhia Baiana de Pesquisa Mineral), investe 25 vezes menos na comparação com países como o Canadá e Austrália", conta o executivo, que participou do painel sobre os "desafios e oportunidades da mineração", na abertura do I Fórum Internacional de Inovação e Sustentabilidade na Mineração.

Ledsham salientou ainda que falta ao estado brasileiro o que ele chama de "mecanismos de reconhecimento ao esforço de risco na pesquisa". E cita o exemplo de um vizinho sul-americano: "No Peru, um investidor que tem sucesso em sua pesquisa, tem de volta todo o imposto pago do período que vai do início da pesquisa até o primeiro ano da operação do projeto", diz, acrescentando que o sucesso da exploração mineral na Bahia se deve à "persistência" e ao trabalho da CBPM. "A participação da mineração no PIB da Bahia hoje é de 1,4%. Eu vejo que podemos triplicar isso em dez anos".

Paulo Misk, presidente da Vanádio de Maracás e do Sindimiba, concorda. "Pesquisa é fundamental", diz ele, que defende também condições "fiscais mais favoráveis", principalmente para as empresas exportadoras. Misk lembra que o setor tem crescido de forma expressiva no estado nos últimos anos. Em 2017, a expansão foi de 19%. No ano passado, 23%. "A sociedade baiana e o governo têm, de forma muito clara, consciência de que a mineração tem um papel importante no desenvolvimento", diz.

Burocracia

A burocracia é outro entrave para o desenvolvimento do setor. O ciclo da mineração - entre a descoberta e a entrada em operação de uma mineradora - leva, em média, no mundo, entre de 10 a 12 anos. No Brasil, chega a 20 anos. A cobrança das empresas é por mais agilidade e simplificação nos processos de licenciamento de pesquisa. Alexandre Vidigal, secretário de mineração do Ministério de Minas e Energia, reconhece o problema.

"Esta questão de prazo no Brasil é muito séria. Não dá para fechar os olhos para isso", diz ele, informando que no Canadá e na Austrália o prazo de licenciamento e outorga de uma lavra não passa de quatro anos. "Temos que copiar esses modelos", afirma Vidigal, que apontou seis grandes desafios para o setor no país. Ele destacou durante o debate, mediado pelo jornalista Donaldson Gomes, editor de Economia do CORREIO, o grande potencial mineral da Bahia. "Aqui, o lastro que se tem para crescimento é de impressionar, são muitas as possibilidades".

Comunicação

Outros desafios enfatizados pelos debatedores foram a necessidade de garantir a segurança jurídica da atividade, a sustentabilidade das operações e a necessidade de melhorar a comunicação com o cidadão que, com frequência, ainda vê as mineradoras como interessadas apenas no lucro e na exploração a qualquer custo. As recentes tragédias em Mariana e Brumadinho, em Minas, pioraram ainda mais a imagem da atividade.

"A sociedade tem que compreender que a mineração é fonte de riqueza. Uma riqueza que pode ser produzida sem estar associada a esses dramas", afirmou Paulo Misk, presidente da Vanádio de Maracás. Eduardo Ledsham, da Bamin, afirmou que "não existe nada sem mineração". Eduardo Athayde, diretor do Worldwatch Institute - WWI Brasil, diz que a mineração só existe para melhorar a vida das pessoas e tornar o mundo mais sustentável. "A mineração existe porque as pessoas utilizam de seus produtos para ter uma vida melhor, mais confortável e de melhor qualidade".

O I Fórum Internacional de Sustentabilidade na Mineração é uma iniciativa da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Bahia (Secti), com o apoio do CORREIO, que tem como patrocinadores a Companhia Vale do Paramirim, Bahia Mineração (Bamin), Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais (Sindimiba) e a Vanádio de Maracás S/A.

O que é preciso para atrair novos investimentos para o país

Setor aguarda ferrovia e porto A conclusão das obras de Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a construção do Porto Sul, em Ilhéus, no sul da Bahia, são consideradas obras fundamentais para o desenvolvimento da atividade mineral na Bahia. O trecho I da Fiol, de Ilhéus a Caetité, com extensão de 537 km, já tem 76,2% de execução física da obra completada. A expectativa é a de que o leilão de concessão da ferrovia ocorra no primeiro trimestre do ano que vem. A Bamin e um consórcio formado por

empresas da China irão iniciar a construção do Porto Sul ainda neste semestre, num investimento da ordem de R\$ 2,5 bilhões.

Responsabilidade ambiental e social Por atuar em regiões quase sempre longínquas do país, onde o estado nem sempre está presente como deveria, a indústria da mineração deve assumir a responsabilidade e tomar medidas efetivas para evitar a degradação ambiental e garantir que haja retorno social e econômico para as populações locais. O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, diz que não há como se pensar em mineração hoje sem ações de sustentabilidade. "Sustentabilidade e a atividade mineral são perfeitamente compatíveis", afirmou ele.

Segurança jurídica é fundamental. A denominada segurança jurídica para o minerador vai muito além da garantia de que aquele que investiu na pesquisa e foi bem-sucedido terá a garantia de que obterá a concessão de lavra. Dentro do conceito de segurança encontra-se a justa expectativa de que a atividade mineral será regulada por leis modernas, equilibradas, estáveis e compatíveis com o estágio de desenvolvimento da atividade, em uma visão global. O país precisa atrair investimentos saudáveis para a mineração. "Não conseguirá isso sem demonstrar ao empreendedor que aqui encontrará ambiente seguro", diz Alexandre Vidigal.

Comunicação com a sociedade As mineradoras do país têm adotado cada vez melhores práticas e tecnologias de ponta para reduzir os impactos ambientais, mas suas ações nem sempre são comunicadas com a assertividade devida à sociedade. Falta informação à cidadania. "Por conta disso, o setor é muitas vezes visto como ruim, danoso e depreciativo", diz o secretário do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, lembrando que o setor é responsável por 25% das exportações do país. "E vale lembrar que apenas 0,5% do território do país é utilizado para atividades minerais", acrescentou o secretário do MME.

Novas fronteiras da mineração A abertura da mineração em terras indígenas e faixa de fronteira é um dos grandes desafios. O entendimento do governo é que as restrições que existem para a mineração nessas áreas prejudicam seu desenvolvimento. Prevista na Constituição, a exploração em áreas indígenas por garimpeiros ou mineradoras nunca foi regulamentada. Pela lei, essas terras são da União e se destinam à posse permanente dos índios que as ocupam. Porém, há regimes distintos de propriedade. Jazidas do subsolo são passíveis de concessão, desde que a atividade tenha sido aprovada pelo Congresso e pelos indígenas, que devem ter direito a uma parte do lucro.

ANM se moderniza para ser mais ágil

Presente no painel que discutiu os desafios e oportunidades da mineração, o diretor-presidente da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, disse ontem que o foco do trabalho da nova agência neste momento tem sido incrementar o uso de tecnologias da informação nos procedimentos do órgão regulador e investir na qualificação e valorização dos servidores. Ele informou que a ANM tem hoje cerca de 194 mil processos em tramitação ainda no meio físico (papel).

Segundo ele, com a digitalização dos processos, as concessões de licenças ganharão um novo ritmo. "A gente precisava dotar o órgão desse importante setor de um mecanismo de gestão mais moderno, mais rápido, mais eficiente", afirmou ele, lembrando que com a digitalização o custo das empresas também vai diminuir. "Todo o processo poderá ser acompanhado pela internet. Cálculo que as empresas terão uma economia de pelo menos R\$ 12 milhões ao ano", afirmou ele.

Entre as ações previstas para a sua gestão, o geólogo Victor Bicca apontou a adoção das melhores práticas internacionais, de acordo com a OCDE, que prevê a construção do guia de boas práticas regulatórias, elaboração da agenda regulatória e consulta pública como atividade de rotina da construção de atos normativos. "As deliberações serão totalmente transparentes", afirmou o gestor.

Atividades

Criada em substituição ao antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a ANM tem, entre suas atribuições, a fiscalização da atividade de mineração e a responsabilidade por vistorias, notificações, autuação de infratores e adoção de medidas como interdição e aplicação de sanções. Pela Constituição, a atividade de mineração é autorizada sob o regime de concessão pública. Como contrapartida, as empresas exploradoras têm de pagar compensação aos entes da União.

Governo anuncia leilão para outubro

O primeiro leilão de áreas de mineração do governo Jair Bolsonaro está marcado para o próximo dia 21 de outubro. A área fica em Palmeirópolis, no estado do Tocantins, e tem potencial para cobre, chumbo e zinco. Alexandre Vidigal, secretário de mineração do Ministério de Minas e Energia, disse ontem, em Salvador, que este leilão estreia o modelo em que o governo oferece ao mercado o direito de exploração de áreas das quais possui título minerário e conhecimento geológico.

Vidigal conta que a medida é uma iniciativa piloto e que o objetivo é realizar novos leilões. "Outras 300 da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) deverão ser leiloadas. Além disso, há outras 20 mil áreas da Agência Nacional de Mineração (ANM) que também serão oferecidas ao mercado", afirmou.

"Nosso projeto é com a sociedade. De concreto o que estamos dizendo é que não faz sentido todo esse patrimônio retido no cofre do estado, trancado a sete chaves. Estamos abrindo este cofre e entregando ao empreendedorismo essas áreas para que eles gerem riqueza", afirmou, para completar: "Mineração é um patrimônio que só tem sentido de ser se for convertido em riqueza, se for retirado do solo".

Licitação

A licitação da área de Palmeirópolis será realizada em duas etapas. As empresas interessadas entregarão as propostas em envelopes fechados. As três melhores classificadas nesta etapa poderão disputar o bloco em lances viva voz.

Vence o certame a empresa que oferecer o maior percentual de royalty sobre o faturamento bruto durante a produção. A expectativa de Alexandre Vidigal é que o leilão atraia grandes empresas do setor e investidores estrangeiros.

Fonte: Correio

Autor: Geraldo Bastos

Data: 15/08/2019



BRAZIL MINERALS ANUNCIA PROJETOS DE TERRAS RARAS EM DOIS ESTADOS

A Brazil Minerals anunciou na quinta-feira (15) que agora tem projetos de terras raras compreendendo três direitos minerários que totalizam 12.528 acres, equivalentes a 5.069 hectares, no Brasil. Dois direitos minerários estão em Goiás e um direito minerário está em Tocantins. O Brasil é um dos poucos países onde se conhecem terras raras em concentrações que permitem a recuperação econômica.

O engenheiro geológico do projeto, Areli Nogueira, declarou que "esta é uma situação altamente promissora para a Brazil Minerals. "De particular importância é o fato de termos fortes indícios de que o nosso projeto de Terras Raras contém os mais procurados elementos pesados de terras raras que são menos comumente encontrados", afirmou.

O termo "terras raras" denota um grupo de dezessete minerais que são necessários em pequenas quantidades, mas essenciais em várias aplicações de alta tecnologia, incluindo veículos elétricos e equipamentos militares. As terras raras "pesadas" são um subgrupo desses elementos que incluem o gadolínio e o ítrio, entre outros. As reivindicações de projetos de terras raras da Brazil Minerals e áreas próximas tiveram estudos anteriores realizados por pesquisadores do Serviço Geológico do Brasil e de uma universidade privada.

A China controla a grande maioria da oferta mundial de terras raras, de acordo com vários artigos de mídia recentes, alguns dos quais também falaram de uma possível escassez em um cenário de guerra comercial entre aquele país e os Estados Unidos.

O diretor-executivo da companhia, Marc Fogassa, comentou: "Esta notícia é extremamente relevante. Devido a um impulso agressivo que implementamos ao longo deste ano, a Brazil Minerals agora tem projetos em lítio e terras raras. Todos esses são minerais altamente estratégicos, e cada um desses projetos é transformador e pode nos levar a um novo nível".

Fogassa se referia à expansão em 32 vezes do projeto de lítio da empresa em Minas Gerais. Em julho, a companhia adicionou três pedidos de exploração do mineral que totalizam 3.799 hectares. Na ocasião, a Brazil Minerals ressaltou que o lítio brasileiro é encontrado principalmente de depósitos de espodumênio "reconhecidos no mundo como de alta qualidade devido a menores impurezas" e, portanto, mais procurado para aplicações de alta tecnologia, como baterias para veículos elétricos e smartphones. A empresa informou que já iniciou estudos sobre as novas áreas.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 16/08/2019



FALTA DE LICENÇAS ATRASA PROJETOS EM MG

Após o desastre de Brumadinho (MG) com o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, as autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais estão mais cautelosas em conceder licenças para o setor. A Usiminas, por exemplo, anunciou no mês passado que postergou investimentos no projeto de empilhamento a seco na Mina Leste, dentro do complexo Serro Azul, em Minas Gerais, por não ter conseguido a licença ambiental para o início das obras.

"Tínhamos a expectativa grande de que os investimentos seriam feitos a maior parte neste ano, mas com a tragédia de Brumadinho o licenciamento ficou mais lento e todos os processos estão atrasados, inclusive este", disse o presidente da Usiminas, Sérgio Leite, em entrevista recente ao Valor.

A siderúrgica vai investir R\$ 140 milhões no projeto e a expectativa é que as licenças sejam concedidas até o fim do ano para que as obras sejam iniciadas em 2020. A Usiminas tem em Minas Gerais três barragens, sendo duas a montante, que estão desativadas, e uma a jusante, que tem projeto para o seu descomissionamento.

Outra empresa que aguarda a licença ambiental para o início das obras de alteamento de sua barragem a jusante em Conceição do Mato Dentro (MG) é a AngloAmerican. O projeto é para altear a barragem em 20 metros, passando de 40 metros de altura para 60 metros de altura. Hoje ela possui uma capacidade de 55 milhões de metros cúbicos de rejeito, que passará para cerca de 167 milhões de m³ quando for alteada, em 2021. A expectativa é que a companhia obtenha a licença no fim deste ano.

A Gerdau Açominas também está com projeto parado. A empresa aguarda aprovação para o início das obras de nova lavra localizada na Serra das Serrinhas, em Itabirito (MG), distante cerca de 50 quilômetros da usina de Ouro Branco. A expectativa da companhia é que a licença para a nova mina seja concedida no fim deste ano. A ampliação contará com processamento a seco, sem uso de barragens.

Segundo o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, os órgãos ambientais estão mais criteriosos na avaliação dos projetos minerários, principalmente em Minas Gerais. "Há um temor no mercado em conceder licenças. Mas, o problema de concessão de licenças ambientais não é sentido somente pelas empresas de mineração, é em todos os setores da economia", disse Brumer, ao Valor.

Thiago Rodrigues Maia, sócio do Demarest Advogados, disse que após os acidentes com as barragens em Mariana (MG) e Brumadinho é natural que os órgãos ambientais e de regulação sejam mais rigorosos na concessão de licenças para qualquer empreendimento. Dependendo do Estado, uma licença de operação demora em média seis anos para sair, segundo análise do escritório. Foi isso o que aconteceu com a ArcelorMittal quando entrou, em 2012, com pedido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente para o descomissionamento e início do projeto de processamento a seco de sua mina de Serro Azul. A resposta saiu em outubro de 2018. O projeto teria início em fevereiro de 2019.

"Com Brumadinho, a licença foi suspensa e agora estamos em processo de desenvolvimento de novo projeto para o descomissionamento. O risco econômico faz parte do negócio, mas o que o setor precisa é de mais previsibilidade", disse Sebastião Costa Filho, presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil. A mina de Serro Azul fica em Itatiaiuçu e a barragem, a montante, está desativada desde 2012, quando a companhia entrou com o pedido de licenciamento.

Procurada, a Secretaria do Meio Ambiente informou que, no caso da Usiminas, a empresa "apresentou estudos de fauna incompletos" e foram solicitadas mais informações. Em relação à demora na análise dos processos de forma geral, ela informou que "cumpridas todas as obrigações técnicas e normativas, o andamento de licenças para empreendimentos minerários encontra-se em fluxo natural de análise pelo órgão ambiental".

Fonte: Valor

Autora: Ana Paula Machado

Data: 20/08/2019



A IMAGEM DA MINERAÇÃO

Parece não haver dúvidas de que a imagem da mineração no Brasil está em um dos seus piores momentos. A sucessão de manifestações de vários segmentos da sociedade condenando a mineração, acirrada com a tragédia de Brumadinho, culminou com um pronunciamento, em sua página na rede social, do presidente da República em defesa do garimpo e criticando a atividade empresarial de mineração. Mencionando o roubo de 720 quilos de ouro do aeroporto de Congonhas, que pertenciam, pelo menos em parte, à mineradora Kinross, o presidente questionou sobre a origem daquele ouro e quanto havia sido gerado de impostos, ele mesmo concluindo que seria de, no máximo, 10%. Ele também exibiu, em sua crítica, fotos de uma empresa em Paracatu (a única mineradora de ouro em Paracatu atualmente é a Kinross) criticando o enorme estrago ambiental (segundo suas palavras) que estava sendo causado. Com base nisso, ele questionou: por que uma empresa pode produzir ouro dessa maneira e o "coitado" do garimpeiro não? E aproveitou para colocar no bojo a defesa do direito dos povos indígenas de extrair as

riquezas das áreas em suas reservas. Em sua opinião, as riquezas nessas áreas devem ser extraídas. Mas não deixou claro se a exploração dessas riquezas minerais deveria ser feita por garimpeiros ou por empresas organizadas.

Citamos o exemplo para reforçar nossa afirmação de que a mineração está realmente com sua imagem bastante arranhada. E por sua própria culpa. Durante muito tempo, uma parte expressiva do setor manteve-se fechada para a sociedade, pouco ligando para o que as pessoas pensavam sobre a sua atividade. Mesmo nos locais mais próximos de suas operações. Não poucas empresas preocupavam-se muito mais em assegurar seus direitos minerários junto ao então DNPM do que dar explicações à sociedade sobre o que faziam. Ou a exercer influência nos corredores dos órgãos governamentais defendendo seus pleitos.

No Brasil, talvez contribua para isso o fato da imensa maioria das empresas de mineração ser de capital fechado, tendo que prestar contas apenas aos seus controladores e aos órgãos de controle do governo. Infelizmente, são poucas as empresas mineradoras no Brasil com ações na bolsa brasileira. Tanto é que, das 100 Maiores do ranking Brasil Mineral, somente cinco empresas fazem parte do pregão da B3, a bolsa paulista. Em contrapartida, quando se inclui as empresas que atuam em território brasileiro e têm ações em bolsa nos outros países, o número de companhias abertas no ranking aumenta para 47, ou quase a metade.

Pode parecer que não, mas há uma grande diferença na postura das companhias fechadas e as abertas, sobretudo as que são listadas no exterior. Não apenas na comunicação com o mercado de capitais, com seus acionistas, mas também com o restante da sociedade. Talvez por serem listadas em países mais desenvolvidos, os códigos adotados por essas companhias são mais rígidos e contêm princípios éticos mais em sintonia com o desenvolvimento sustentável (no sentido abrangente contemplado nos ODS da ONU). Alguém pode argumentar que os acidentes recentes que mancharam a imagem do setor mineral ocorreram em companhias abertas. Mas não estamos afirmando que estas companhias não cometem erros. Apenas dizemos que elas prestam mais informações sobre o que estão fazendo, até por força de sua condição no mercado.

E a disponibilização de informações, com a maior transparência possível, é um dos primeiros passos para que a mineração seja vista pela sociedade como uma atividade econômica normal, que explora as riquezas contidas no subsolo do País e gera produtos que são essenciais ao bem-estar de todos nós. E que, para gerar esses produtos, são necessários muitos investimentos, muito engenho e muita tecnologia, ao contrário do garimpo que foi defendido pelo presidente em seu post, onde milhares de “coitados” são explorados por donos de barranco, comendo o pão que o diabo amassou. Deixando claro que garimpo não é o mesmo que mineração em pequena escala, da qual existem alguns milhares de exemplos no País.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Ano XXXVI - Julho de 2019



IBRAM DEFENDE APROXIMAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E ATIVIDADE

Após as tragédias ocorridas com os rompimentos das barragens da Vale e da Samarco, em Minas Gerais, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) está trabalhando para aproximar a atividade da sociedade e por maior transparência do setor. De acordo com o presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, a atividade é fundamental para a economia de Minas Gerais e do Brasil e, por isso, várias ações estão em desenvolvimento para tornar a mineração mais segura. O assunto foi discutido, ontem, na Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas).

De acordo com Brumer, é preciso que a sociedade conheça melhor a atividade mineradora e sua importância social e econômica. Para isso, é preciso melhorar a comunicação do setor, que é limitada.

“A gente tem feito um trabalho no Ibram com o objetivo de que a sociedade entenda mais o que é a mineração. Todos nós, principalmente, após os rompimentos de barragens, ficamos perplexos do que é a mineração e a importância dela. A mineração sempre foi um setor que pouco se comunicou. No nosso Estado, às vezes, a sociedade confunde o minério de ferro com a mineração. O minério é um produto importante para Minas Gerais e para o Brasil, mas a mineração não é somente este produto, estamos falando de diversos outros como o zinco, ouro, titânio, fosfato, areia e assim por diante”, explicou.

Ainda segundo Brumer, em função das tragédias que aconteceram, a imagem da mineração ficou arranhada, e o objetivo do Ibram é fazer com que a sociedade volte a acreditar na atividade e passe a atrair os jovens para atuar no setor.

“Queremos fazer com que a população volte a acreditar na mineração, que os jovens sejam atraídos para a atividade. Também queremos nos aproximar da academia, desenvolvendo novas pesquisas. Precisamos falar também em tecnologias e melhorar a comunicação. Nosso foco é trabalhar para a segurança operacional da atividade”, completou.

Para que novas tragédias não aconteçam, o setor vem trabalhando para o desenvolvimento de pesquisas e inovações que tornem o processo mais seguro e reduza os riscos. O trabalho vai envolver as empresas mineradoras e também a cadeia produtiva.

“Não podemos voltar no tempo e lamentamos profundamente tudo que aconteceu, vidas foram perdidas, problemas sociais e ambientais aconteceram, agora temos que aprender com a tragédia e trabalhar para que nunca mais aconteça. Vamos buscar novas tecnologias para uma mineração mais segura”, disse.

Diversificação – Outra iniciativa a ser desenvolvida é a maior aproximação com os municípios em que a mineração tem importante papel econômico. O objetivo é discutir novas alternativas para a geração de receita, através da diversificação das atividades.

“No Estado, em 460 dos 853 municípios, a mineração está presente de alguma forma. Precisamos olhar os municípios em relação ao desenvolvimento local, mudando o conceito de pensar no que será a economia do município somente após a mineração, queremos discutir enquanto a mineração está presente. Queremos auxiliar na diversificação das atividades para que os municípios não fiquem dependentes apenas da mineração”.

Brumer também ressaltou que é fundamental que ocorra a retomada das atividades mineradoras nas cidades onde aconteceram as tragédias, Mariana e Brumadinho. Segundo ele, os municípios estão enfrentando problemas com a queda na arrecadação e com o aumento do desemprego. Além disso, com a suspensão das atividades, países concorrentes, como a Austrália, por exemplo, têm atendido a demanda de mercados que deixaram de ser abastecidos pelo Brasil. “É preciso ter em mente que a atividade é necessária”, afirmou.

Para o presidente-executivo do Ibram, Flávio Penido, para o desenvolvimento da mineração e a retomada de investimentos no Brasil, é preciso avançar em várias áreas, que vão desde a pesquisa, incluindo estudos da geologia brasileira, até a garantia de segurança jurídica para investir no País.

“A mineração é um setor de alto risco, ou seja, para se realizar uma pesquisa – que nem sempre tem sucesso – até viabilizar um investimento e abertura de uma mina, demanda-se tempo. Nossas

estatísticas mostram que, de cada mil processos de pesquisas abertos, apenas em um é implantado a mina. Além de exigir altos investimentos e tempo, o retorno é demorado. Então, para que isso aconteça como em todo lugar do mundo, como Canadá e Austrália, que são concorrentes, é preciso que se tenha segurança jurídica”.

Fonte: Diário do Comércio

Autora: Michelle Valverde

Data: 21/08/2019



MINAS ADMITE 'ADEQUAR' SOBREVIDA DE BARRAGENS

O prazo de três anos para que as mineradoras extingam as 43 barragens a montante no estado pode não valer para as represas de grande porte

Exatamente um mês depois da tragédia de Brumadinho, em 25 de fevereiro, Romeu Zema (Novo) sancionou o projeto Mar de Lama Nunca Mais, que, entre outras diretrizes, deu prazo de três anos para que as mineradoras extingam as 43 barragens a montante em Minas Gerais. Meses depois, no entanto, a legislação, que se mostrou mais dura que a adotada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), pode não valer para as represas de grande porte, como as de Germano (da Samarco), em Itabirito, e Casa de Pedra (da CSN), em Congonhas.

A primeira tem 10 vezes o tamanho da que se rompeu em Córrego do Feijão. A justificativa, segundo o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, é a necessidade de adequação dos cronogramas apresentados pelas empresas com parâmetros técnicos de engenharia, segurança e sustentabilidade.

No entanto, em entrevista ao Estado de Minas, Germano Vieira garantiu que apenas uma em cada quatro barragens está entre aquelas que podem ter o prazo estendido. Ou seja, 75% das represas semelhantes às de Brumadinho e Mariana devem estar descaracterizadas até 25 de fevereiro de 2022, conforme a legislação. “A maioria das barragens vão respeitar o prazo de três anos. Nossa diretriz é cumprir esse prazo. Mas há casos em que os empreendedores podem precisar de mais tempo por conta de parâmetros técnicos de engenharia, de segurança e de sustentabilidade”, explica o secretário.

Segundo ele, um possível reajuste de tempo precisará ser aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e por um comitê de especialistas montado pela Semad recentemente. “Não queremos que a exceção vire a regra. Temos que dar um tempo razoável, que atenda aos anseios da sociedade por segurança e aos critérios de engenharia”, ressalta Germano Vieira.

O prazo de três anos exigido pelo governo de Minas está abaixo do determinado pela Resolução 13/2019, publicada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) na segunda-feira. O órgão federal dá diferentes intervalos de tempo para descaracterização dessas estruturas de risco, de acordo com o tamanho de cada uma delas. Os prazos variam entre 15 de setembro de 2022, 2025 e 2027.

Minas Gerais conta, hoje, com 43 represas a montante, a maior delas em Itabirito: 129 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, a maior do Brasil alteada dessa maneira e 10,2 vezes maior que a de Brumadinho. No país, são 87 nesse modelo ou de método desconhecido. Elas são as que trazem mais risco pela possibilidade de liquefação, ou seja, a passagem do estado sólido para o líquido. Esse fenômeno causou a ruptura das estruturas de Brumadinho e Mariana, resultando, somadas, em 267 mortes até o presente momento. Além da tragédia ambiental.

Comitê

A criação do comitê de especialistas por parte da Semad e a adoção de uma legislação mais rígida que a resolução da ANM são apontadas pelo secretário Germano Vieira como vitórias do estado. “Tivemos a primeira reunião do comitê e foi o primeiro passo concreto para extinção das barragens a montante. A Semad e a Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente) apresentam uma possibilidade concreta para que as diretrizes de Minas Gerais sirvam (como modelo) para o Brasil inteiro”, ressalta.

Segundo o secretário, o grupo de trabalho criado pelo estado de Minas Gerais reúne especialistas de diferentes universidades, como as de Ouro Preto (Ufop), Minas Gerais (UFMG), de Brasília (UnB). Os estudiosos são das áreas de engenharia, geologia e geotecnia. A força-tarefa deve durar 120 dias e vai criar um termo de referência para o descomissionamento de barragens a montante. O documento servirá como guia para as mineradoras apresentarem seus projetos de descaracterização.

“Os profissionais foram indicados pelos ministérios públicos Estadual (MPMG) e Federal (MPF) e trabalham voluntariamente, para servir a sociedade. Queremos dar melhores orientações técnicas para que os projetos sejam adequados e os prazos cumpridos”, garante o secretário.

Fonte: Estado de Minas

Autor: Gabriel Ronan

Data: 15/08/2019



MEIO AMBIENTE TORNA CRIME AMBIENTAL IMPORTAR REJEITO SEM AUTORIZAÇÃO

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou proposta que torna crime ambiental importar resíduos e rejeitos, sob qualquer forma e para qualquer fim, sem autorização.

Trata-se do Projeto de Lei 432/15, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que recebeu parecer favorável do relator, deputado Vavá Martins (Republicanos-PA). Segundo o texto, a pena pelo crime será de reclusão de dois a quatro anos, e multa.

O projeto original altera a Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Martins optou por aproveitar parte do texto, mas inserindo-o na Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), onde entendeu mais adequada. “A Lei de Crimes Ambientais não tipifica o crime de importar rejeitos e resíduos. Considerando o potencial de dano desses resíduos, parece-nos adequado criminalizar sua importação”, disse.

Ele destacou ainda a importância da proposta. “O País não tem meios necessários para dispor adequadamente nem mesmo os resíduos gerados internamente. O ato de importar resíduos e rejeitos é sinônimo de dano ao meio ambiente e à saúde pública, devendo ser, portanto, severamente penalizado.”

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Fonte: Câmara dos Deputados

Autor: Geórgia Moraes

Data: 19/08/2019

CONCENTRAÇÃO NO SETOR SE MANTÉM

A produção mineral brasileira continua concentrada em um pequeno universo de empresas e de substâncias minerais produzidas. Pelo menos é o que indica a análise das Maiores Empresas do Setor Mineral, com base na arrecadação da CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral) de 2018, o primeiro ano cheio em que vigoraram as novas alíquotas e base de cálculo que foram aprovadas por Projeto de Lei no Congresso Nacional.

Pelo lado das empresas, de um total de 7.902 recolhedores de CFEM em 2018, as 100 Maiores responderam por 91,6% do total arrecadado, que somou R\$ 3,036 bilhões, enquanto as outras 7.802 tiveram uma participação de apenas 8,4%. Como o valor recolhido de CFEM guarda relação com a receita bruta auferida pelas empresas com a comercialização dos recursos minerais, podemos concluir que a produção também está concentrada em termos de valor. Porém, é importante observar que o valor de CFEM arrecadado não tem relação direta com o volume de produção. Assim, podem existir grandes produtores de determinada substância mineral que não estão necessariamente nas primeiras posições entre os Maiores.

Refinando um pouco mais a análise, vemos que o grupo composto por dez empresas e suas controladas responde por 78,98% da arrecadação de CFEM. São elas: Vale e Coligadas, CSN, AngloGold Ashanti, Anglo American Brasil, Kinross, Mineração Maracá, Mineração Paragominas, Mosaic Fertilizantes, Mineração Usiminas e Gerdau Açominas. A Vale e suas controladas, por exemplo, participa com 64,91% do total arrecadado de CFEM.

No que se refere às substâncias, é importante notar que apenas 10 produtos minerais participam com 89,02% da arrecadação: minério de ferro, ouro, cobre, bauxita, fertilizantes (fosfato e potássio), calcário, nióbio, manganês, estanho e carvão. Observamos que a fortíssima predominância do minério de ferro se mantém, já que ele participa com nada menos que 72,22% do que é arrecadado pelas Maiores e nada menos que 28 empresas figuram no ranking. Isto significa que a mineração brasileira ainda mantém – e deverá manter por mais alguns anos ou décadas – uma enorme dependência da indústria de exploração do minério de ferro, que também é o principal produto da pauta de exportações minerais e continua contribuindo decisivamente, junto com o agronegócio, pelo superávit da balança comercial brasileira. Isto deve ser objeto de reflexão, já que também foram operações de minério de ferro as responsáveis pelos três últimos acidentes com barragens de rejeito ocorridos no País, com forte repercussão negativa sobre a imagem do setor mineral perante a sociedade. A lista dos produtores de minério de ferro nas Maiores, que é liderada pela Vale, tem ainda as empresas MBR (Vale), CSN, Anglo American Minério de Ferro Brasil, USA, Gerdau Açominas, Mineração Corumbaense Reunida (Vale), Baovale (Vale), Vallourec Mineração, Ferro+, ArcelorMittal, Ferrous (Vale), Minerita, Ferromar, Conemp, SAFM, CEFAR, Mineral do Brasil, JMN, Mineração Baratinha, Extrativa Mineral, Itaminas, MML, Comisa, Minérios Nacional (CSN), Vetorial, MMX e Mineração Esperança.

Outras três substâncias importantes em termos de arrecadação da CFEM são o ouro (que participa no ranking com 14 produtores), o cobre (com 3 produtores) e a bauxita (que tem cinco produtores). As três participam com, respectivamente, 4,77%, 4,08% e 3,33% da arrecadação das Maiores. A seguir vêm os fertilizantes (com apenas 4 empresas), calcário (com 11 empresas), nióbio (só 2 empresas), manganês (3 empresas), estanho (4 empresas) e carvão (5 empresas).

O principal produtor de ouro é a AngloGold Ashanti, que completou recentemente 185 anos de atividade no País, seguida pela Kinross, Mineração Maracá (Lundin Gold), Great Panther (antiga Beadell), Mineração Aipoena (Aura Minerals), Mineração Riacho dos Machados (Leagold), Jacobina Mineração

(Yamana), Fazenda Brasileiro (Leagold), Pilar de Goiás (Leagold), Serabi, Mineração Serras do Oeste (Jaguar Mining), NX Gold (Ero Copper) e Mineração Turmalina (Jaguar Mining). Isto quer dizer que, em termos de grupo, os principais produtores de ouro no Brasil são AngloGold Ashanti, Kinross, Lundin Gold, Yamana, Leagold, Jaguar Mining e Aura Minerals.

Na produção de cobre a liderança é da Vale, que opera as minas Sossego e Salobo e os três outros produtores são a Mineração Maracá (Lundin Gold), Mineração Caraíba (Ero Copper) e AVB (Oz Minerals).

Em bauxita a Mineração Rio do Norte (onde a Vale tem a maior participação) ocupa a liderança há muitos anos, seguida pela Mineração Paragominas (grupo Hydro), Alcoa, CBA e a estreante no ranking Terra Goyana.

O manganês, cuja produção nacional tem a liderança da Buritirama Mineração, teve dois outros produtores em 2018, a Vale e a Mineração Irajá, que recentemente foi adquirida pela Buritirama, que assim reforça sua liderança no segmento. No estanho, que tem quatro produtores no ranking, a Minsur Taboca lidera, seguida pela White Solder, ERSA (CSN) e Coopersanta. Já os fertilizantes (fosfato e potássio) são liderados pela Mosaic Fertilizantes, que assumiu os ativos da Vale, e tem como outros produtores a Galvani, Itafos e Copebrás.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Ano XXXVI - Julho de 2019



TECNOLOGIA GARANTE PIONEIRISMO NA PRODUÇÃO DE MINÉRIOS NA BAHIA

Hub reunirá empresas do setor para facilitar busca por soluções unificadas

A realização de um evento para tratar de inovação e sustentabilidade foi uma grande novidade para o setor mineral baiano, ainda que os dois assuntos já estejam bastante presentes no dia a dia da atividade econômica na Bahia. Muito antes de se organizarem para o desenvolvimento conjunto de soluções para problemas comuns, integrantes do segmento já lançavam mão de novas tecnologias e de estratégias para provocar impactos econômicos, sociais e ambientais positivos para todos.

Projetos para a produção de vanádio, ferro, cobre e diamantes estão entre os exemplos que só se tornaram viáveis graças aos esforços das empresas locais no desenvolvimento tecnológico, além do cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento social.

“A Bahia tem exemplos que comprovam a eficácia da união entre a persistência e a tecnologia”, destaca o geólogo Eduardo Ledsham, presidente da Bahia Mineração (Bamin). Um dos casos destacados por ele é o da Mina Braúna, no município de Nordestina, a 350 quilômetros de Salvador. Após a passagem de grandes grupos globais pela região, a Lipari Mineração Ltda, uma empresa brasileira, encontrou a primeira mina de diamantes da América do Sul, desenvolvida a partir de um depósito de kimberlito, a rocha fonte primária de diamante. “O sucesso veio após muitas tentativas e o desenvolvimento tecnológico”, afirma Eduardo Ledsham.

O presidente da Bamin conta que o investimento em tecnologia também rendeu uma “agradável surpresa” à empresa que administra. “Nós tivemos uma surpresa agradável graças ao investimento contínuo em tecnologia. Temos uma reserva de 560 milhões de toneladas de minério de ferro. Deste total, temos ao redor de 200 milhões de hematita. Significa que não precisa concentrar”, comemora, falando de

um tipo de rocha com maior concentração de ferro e que pode ser extraída da natureza por um processo a seco. “Este minério não era aflorante, só foi aparecer com a Bamin investindo desde o início de 2009 na identificação dessa hematita, que foi agregando valor ao projeto”, explica.

Outro exemplo do sucesso no emprego da tecnologia pode ser verificado no caso da Mineração Caraíba, que vem investindo em melhorias de seus processos de produção e em novas sondagens do solo. O diretor da companhia, Manoel Brito, conta que a unidade industrial, que está há 40 anos em operação no Vale do Curaçá, em Jaguarari, a pouco mais de 400 quilômetros de Salvador, vive um novo momento. “Nós estamos experimentando um crescimento como jamais vimos antes”, comemora. A empresa foi adquirida pelo grupo Ero Copper Corp, que no ano passado anunciou a descoberta de reservas de cobre de alto teor.

“O momento da mineração baiana é muito bom. Isso que nós estamos vivendo não é algo isolado”, destaca Brito. Para ele, existe um clima de maior abertura para a entrada de investimentos externos no país. “Temos um governo que tem falado em utilizar o patrimônio mineral do país e isto cria um ambiente favorável”, avalia o executivo.

Outro projeto que só se tornou viável graças ao desenvolvimento tecnológico foi o da Vanádio de Maracás, da Largo Resources. “É um projeto que grandes empresas tentaram desenvolver antes de nós, mas por diversos motivos não foram à frente”, pondera o presidente da empresa, Paulo Misk, que é também presidente do Sindimiba, sindicato das mineradoras na Bahia. “A Largo Resources teve a ousadia, para usar um termo bem baiano, de comprar este projeto. Investiu em tecnologia, em pesquisa”, lembra. A reserva tinha sido descoberta em 1979, mas só passaria a produzir em 2014. “Atualmente, estamos concluindo a primeira expansão. O projeto inicial era de 800 toneladas por mês. No mês passado já produzimos mil toneladas”, destaca.

Hub vai facilitar busca por soluções unificadas

Diversos problemas na atividade mineral são comuns às diferentes empresas que atuam no setor. Para acelerar a solução deste tipo de situação, foi lançado durante o I Fórum Internacional de Inovação e Sustentabilidade da Mineração na Bahia um hub para reunir as empresas do setor.

“É de toda a mineração, está sendo lançado graças à participação de todos”, comemorou o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm. Em linhas gerais, as empresas vão se juntar na busca das soluções e dividir os investimentos necessários para viabilizar o processo.

Com a iniciativa, a expectativa do setor é a de se distanciar cada vez mais da imagem de uma atuação devastadora do ambiente, como ainda é visto pela sociedade. “A mineração mudou demais o seu modo de atuação, mas precisa trabalhar a maneira como é vista pela sociedade”, destaca o diretor de comunicação do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Soares. Coordenador Mining Hub (lançado em Minas Gerais), Gustavo Roque defendeu a importância da iniciativa para o futuro da atividade. Hoje, participam da iniciativa no estado vizinho, 25 mineradoras e 21 prestadores de serviços.

O I Fórum Internacional de Sustentabilidade na Mineração é uma iniciativa da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Bahia (Secti), com o apoio do CORREIO, que tem como patrocinadores a Companhia Vale do Paramirim, Bahia Mineração (Bamin), Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais (Sindimiba) e a Vanádio de Maracás S/A.

Fonte: Correio

Autor: Donaldson Gomes

Data: 21/08/2019

EXPOSIBRAM 2019 TRAZ PROGRAMAÇÃO DIVERSIFICADA

Os novos negócios que a indústria da mineração pretende desenvolver no Brasil e em várias partes do mundo, ao longo das próximas décadas, serão expostos e debatidos nos quatro dias mais importantes para o setor na América Latina. A Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM), organizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), anuncia uma programação diversificada, que ocorre entre os dias 9 e 12 de setembro.

No primeiro dia, grandes nomes da indústria mineral, dirigentes de vários setores e políticos brasileiros e estrangeiros vão discutir os riscos e as oportunidades para o setor mineral durante o talk show “Cenário político e econômico, atração de investimentos no Brasil e no mundo”, que será mediado pela jornalista do Estúdio da GloboNews e do Brazil Journal, Ana Flor. Estarão presentes o Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, o CEO da AngloGold Ashanti, Kelvin Dushnisky, o Presidente da Mosaic Fertilizantes, Richard McLellan, e o Presidente da Nexa Resources, Tito Martins.

No segundo dia, o Congresso Brasileiro de Mineração terá a palestra “Perspectivas sobre o Cenário Econômico do Brasil”, ministrada pelo presidente da Petrobras S.A., Roberto Castello Branco. No mesmo dia, as políticas tributárias na mineração estarão em pauta durante painel que contará com a participação do professor da Universidade de São Paulo e advogado, Fernando Facury Scaff, do advogado do escritório William Freire Advogados, Paulo Honório de Castro Júnior, do advogado do escritório Pinheiro Neto Advogados, Adriano Drummond Cançado Trindade, do escritório Campos Mello Advogados, Rosana Gonzaga Jayme, e do sócio da Flesch e Barreto Advogados, Marcelo Mendo Gomes de Souza. O encontro será mediado pelo consultor jurídico do IBRAM, Fábio Figueiredo.

Gestão de barragens de rejeitos

O tema “O ‘estado da arte’ sobre as práticas em gestão de barragens de rejeitos” será um dos destaques do terceiro dia (11/09) do evento, que contará com a participação do presidente do International Council on Mining and Metals (ICMM), Tom Butler, o vice-presidente da Agnico Eagle Mines, Michel Julien, o presidente da Knight Piésold, Paul Ridlen, o diretor da Paterson & Cooke, Robert Cooke, o diretor da Process Line Tailings System, Todd Wisdom e o diretor-presidente da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Bicca. O professor André Assis, da Universidade de Brasília (UnB), fará a mediação do painel.

Os desastres ocorridos no Brasil, afetaram a imagem do setor e abalaram a todos que atuam na mineração. A temática será o foco do painel “Desafios da reconstrução da reputação da mineração brasileira”, que contará com a presença da jornalista e escritora, Cristina Serra, da diretora executiva do Reputation Institute, Ana Luisa de Castro Almeida, do fundador da Agenda Pública, Sérgio Andrade, da especialista setorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Natascha Nunes da Cunha, e do diretor do Mining Association of Canada (MAC), Ben Chalmers. O diretor de comunicação do IBRAM, Paulo Henrique Soares, coordenará o painel.

No último dia (12/09), o tema “O futuro da energia renovável e a mineração” estará na pauta das discussões. O debate terá a participação do diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), Jorge Guimarães, do presidente da Sigma Lithium Resources, Calvyn Gardner, do Presidente da OXIS Energy Brasil, Huw W. Hampson Jones, e do sócio da McKinsey, Henrique Ceotto. A mediação será da Daniele La Porta, do Banco Mundial.

Além do Congresso, a EXPOSIBRAM 2019 apresenta um espaço dedicado a firmar novos negócios e reforçar laços comerciais. Os participantes terão, mais uma vez, a oportunidade de ter acesso a uma

completa vitrine de soluções tecnológicas e novidades relacionadas à Indústria Mineral durante os quatro dias na feira.

Patrocínios

Até o momento, a EXPOSIBRAM conta com o patrocínio de: Nexa Resources (diamante), Vale (diamante), Anglo American (ouro), AngloGold Ashanti (ouro), Mosaic Fertilizantes (ouro), Kinross (prata), ArcelorMittal (bronze), Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (bronze), CMOC International Brasil (bronze), Dassault Systèmes (bronze), Geosol (Bronze), Gerdau (bronze) e Mineração Taboca (bronze).

Serviço:

Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (EXPOSIBRAM)

Data: 9 a 12 de setembro de 2019

Local: Expominas – Belo Horizonte (MG)

Mais informações: www.portaldaminerao.com.br/exposibram

Secretaria Executiva (Ética Eventos): (31) 3444 – 4794

Fonte: Portal da Mineração

Data: 22/08/2019



FÓRUM DE EXPLORAÇÃO MINERAL EM BH

No dia 27 de agosto, em Belo Horizonte, a Adimb (Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira) deverá realizar o Fórum Adimb de Exploração Mineral, que terá quatro seminários sobre os temas: Panorama da Exploração Mineral no Brasil, Mercado e Exploração Mineral, Desafios da Exploração Mineral no Brasil e Ações Governamentais de Incentivo à Exploração Mineral.

Entre os palestrantes convidados estão: André Luís de Olivera (Yamana); Elmer Prata Salomão (Geos); Elton Pereira (Appian Capita Advisory); Jones Belther (Nexa); José Andriotti (CPRM); Lilia Sant'Agostino (MME); Luís Maurício Azevedo (FFA Legal); Marcelo Batelochi (Great Panther); Marcelo Carvalho (Meteoric Resources); Marco Túlio de Carvalho (Mining Business Platform); Marcos André (Codelco); Rodrigo Martins (Vale); e Victor Bicca (ANM).

Segundo a Adimb, o fórum irá proporcionar aos participantes “uma atualização nos mais relevantes temas do setor além de se apresentar como um ótimo momento para ampliação das redes de contatos profissionais e comerciais”. Para maiores informações e inscrições, acesse www.adimb.org.br/forum.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 08/08/2019